

X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario, 2005.

Tres institutos de estudios económicos de organizaciones empresaria y sus relaciones con el Estado: Argentina y Brasil, 1961-1996.

Ramírez, Hernán.

Cita:

Ramírez, Hernán (2005). *Tres institutos de estudios económicos de organizaciones empresaria y sus relaciones con el Estado: Argentina y Brasil, 1961-1996*. X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-006/782>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/e8OH/3Yn>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Xº JORNADAS INTERESCUELAS / DEPARTAMENTOS DE HISTORIA

Rosario, 20 al 23 de septiembre de 2005

Título: Tres institutos de estudios económicos de organizaciones empresarias y su relación con el Estado: Argentina y Brasil, 1961-1996

Mesa Temática: Mesa Nº 83: "Estado, Burguesía Industrial y Empresas, 1940-1980"

Pertenencia institucional: UNC, Facultad de Filosofía y Humanidades, Escuela de Historia

Autor: Hernán Ramírez, Profesor de la cátedra de História de América II

Rua Os Dezoito do Forte, 848, Apto. 103, Caxias do Sul, RS, Brasil.

00-55-54-2289868

hramirez1967@yahoo.com

Na comunicação abordamos uma comparação dos principais centros de estudos e pesquisas em economia, financiados por grupos de empresas, que chegaram à condução da política econômica no Brasil e na Argentina no último terço do século passado. Eles são o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS)¹ no caso brasileiro; a Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericana (FIEL)² e o Instituto de Estudios Económicos de la Realidad Argentina y Latinoamericana (IEERAL)³ no caso argentino.

O IPÊS foi fundado por importantes lideranças empresariais e militares em 1961. Inicialmente com sede em São Paulo, posteriormente seria criada uma seção no Rio de Janeiro, assim como entidades congêneres, principalmente em Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Esta instituição acabou tendo grande participação na desestabilização do governo de João Goulart, no golpe de 1964 e na consolidação posterior do regime militar.

A FIEL foi fundada por quatro entidades corporativas de cúpula da burguesia Argentina, em 1964, são elas: a Unión Industrial Argentina (UIA), a Sociedad Rural Argentina (SRA), a Cámara Argentina de Comercio (CAC) e a Bolsa de Comercio de Buenos Aires (BOLSA). Nessa fundação congregou-se grande parte dos representantes da alta burguesia e intelectuais ligados ao liberalismo ortodoxo, tal como é entendido na Argentina, tendo seus membros participado amplamente dos governos constituídos após os vários golpes de Estado que se sucederam.

¹ Contrariamente ao seu uso mais comum, empregamos a sigla com acento circunflexo, conforme foi registrada oficialmente sua logomarca, que incluía também o desenho de uma árvore estilizada.

² Empregaremos as grafias originais tanto para as instituições como para os cargos e funções das pessoas.

³ No ano 1996 o IEERAL troca seu nome e passa a denominar-se Instituto de Estudios de la Realidad Argentina y Latinoamericana (IERAL).

O IEERAL foi criado em 1977, conjuntamente com a Fundación Mediterránea (FM), que opera como sua patrocinadora, aglutinando, em primeira instância, os médios e grandes empresários da província de Córdoba e posteriormente a médios e grandes empresários do interior argentino, na sua maioria vinculados ao Movimento Industrial Nacional (MIN). Esse instituto foi antecedido pela Comisión de Estudios Económicos y Sociales (CEES), patrocinada pela Asociación de Industriales de la Provincia de Córdoba (ADIC), que albergou técnicos que professavam posturas econômicas liberais, porém, consideradas heterodoxas pelos liberais ortodoxos argentinos, teve alguma participação durante o último governo militar e, com maior destaque, após a restauração democrática, especialmente durante a presidência de Carlos Saul Menem.

Embora o número dos casos escolhidos seja reduzido, são altamente significativos, além de que trabalhar comparativamente apenas com estas três organizações oferece a vantagem de fugir à tentação das comparações enormes, concentrando-nos numa análise de casos históricos concretos, fazendo referência a tempos, lugares e pessoas reais, inseridos em estruturas e processos passíveis de comparação (Tilly, 1991: 29).

As razões, quanto à escolha de casos pertencentes ao Brasil e a Argentina para essa comparação são múltiplas e obedecem a que tanto as estruturas econômicas e sociais desses dois países, quanto seus desenvolvimentos históricos, têm diversos pontos em comum. Assim, no período estudado, ambos transitavam por uma etapa de esgotamento do modelo substitutivo de importações, tinham um complexo tecido social, próprio de sociedades capitalistas subdesenvolvidas, que experimentava mudanças decorrentes dessa

crise, e compartilhavam processos políticos equivalentes, aí incluídas interrupções do regime constitucional, com a instalação de governos cívico-militares, que levaram adiante reformas estruturais, mudando radicalmente suas antigas feições, seguidas de prolongadas transições democráticas, que precisaram fazer frente às severas crises estruturais herdadas.

Embora concordemos, em linhas gerais, com essas semelhanças nos processos vividos por Brasil e Argentina, os casos particulares apresentam algumas diferenças importantes, especialmente quanto aos períodos de existência dos institutos, objeto de análise. Para realizar uma abordagem integral dos processos vividos pelos institutos decidimos adotar uma posição o mais ampla possível quanto ao período considerado, evitando, assim, o perigo de amputá-los, deixando fora de nossa análise questões medulares. Tomamos como datas limites aquelas que, cronologicamente, pudessem abranger tanto os momentos de início quanto de maturação e auge no funcionamento de todos eles. Dessa maneira, o ano de 1961, com a criação do IPES, abre nosso intervalo temporal, que se fecha no ano de 1996, momento da renúncia de Domingo Cavallo como ministro de Economia, data que marca o fim do apogeu da FM.

Assim, podemos englobar a história de instituições que tiveram processos mais ou menos semelhantes, embora com períodos de maturação diferentes. O IPÊS foi fundado em 1961, teve grande participação no golpe de 1964, na consolidação do regime militar e em 1971 deixou de existir; a FIEL lançada em 1964, alcançou seus anos de glória entre 1976 e 1983; o IEERAL foi criado formalmente sob essa denominação em 1977, mas, com um antecedente direto, fundado em 1969, teve participação de destaque em 1982 e chegou à cúspide do poder entre 1991 e 1996.

A notada diferença no fato de que o IPÊS deixa de existir rapidamente pode-nos ajudar a demonstrar algumas de nossas hipóteses. Especialmente daquela que diz respeito à retomada de controles indiretos, após a redução dos conflitos por parte da classe dominante, e da necessidade de constituir uma estrutura forte e autônoma como garantia de sobrevivência.

Após fazer estas considerações e passando a tratar do processo em que estavam submersas as instituições objeto de nossa pesquisa, constatamos que a crise do modelo substitutivo, no final da década de cinqüenta e, sobretudo, na primeira metade de sessenta, desencadeou profundas transformações nas economias brasileira e argentina, alterando algumas tendências anteriores, quanto a sua matriz produtiva, provocando a concentração de alguns setores econômicos, tanto em nível das unidades produtivas quanto em nível regional, e conflitos sociais de ampla magnitude, nos dois casos.

Essa situação gerou fortes tensões em ambos os países, envolvendo a diversos grupos que, diante desse novo contexto, se encontraram imersos num extenso processo de mudanças. Nele, além de se debilitarem antigos atores sociais, entraram em cena novos grupos e se consolidaram outros, redistribuindo-se seus pesos econômico, social e político, transformando, dessa maneira, algumas das pré-condições nas quais se estabelecia o jogo econômico e político até aquele momento, num complexo processo caracterizado pelo surgimento de novos conflitos, que se sobressaíram aos acordos anteriormente realizados, e que tinham sido dominantes durante sua fase constitutiva.

Estes conflitos sociais tomaram um renovado vigor nessa época e, longe de se restringir no seu âmbito específico, essas tensões excederam seus marcos

respectivos, estabelecendo-se em nível político nacional de forma mais ou menos generalizada, constituindo-se, assim, o que qualificamos como uma crise de hegemonia, já que o controle da classe dominante foi contestado, sem que ela pudesse mantê-lo pela via do consenso, tendo que recorrer, em última instância, ao uso da força para restabelecê-lo.

Uma das conseqüências mais importantes disso foi o aumento da heterogeneidade das associações de diversos segmentos econômicos que passaram a competir entre si, no caso argentino, e num amplo conflito social nos dois casos. Assim, com o incremento da concorrência e dos conflitos entre e intra-classe, as elites tiveram que se organizar melhor para enfrentar os desafios que as novas circunstâncias lhes traziam. Dessa forma, os atores com menor potencial de pressão individual viram-se na contingência de estruturarem-se mais fortemente, de modo a compensar sua menor capacidade de negociação; da mesma forma, que esse reposicionamento levou também a outros setores, inclusive aqueles com maior potencialidade de pressão, a organizarem-se de maneira mais sólida para contrapô-los.

Com base nessas constatações mais gerais, enunciamos como hipótese primeira desse trabalho que os setores da classe dominante tiveram a necessidade de participar ativamente na luta política, para isso, precisaram construir organizações com estruturas mais apropriadas com as quais intervirem mais convenientemente no conflito social e político, tendo no recrutamento, construção discursiva e novas formas de ação, os pilares onde radicaria sua força.

Para dar conta dessa hipótese, temos traçado um perfil dos sócios e patrocinadores das instituições, atendendo, na medida do possível, às seguintes

variáveis: localização, tamanho (expresso através de indicadores como faturamento, capital e participação nas exportações), tipo de produção, mercado ao qual se orienta e integração a grupos concentrados e/ou diversificados e outras empresas. Devemos destacar que no caso do IPÊS essa lista não é exaustiva, mas realizada da forma mais completa possível, levando em consideração as fontes existentes.

Atendendo também à hipótese primeira, temos realizado um estudo das formas organizativas dos institutos, basicamente através da recopilação de seus estatutos e reconstrução de listas de autoridades, dada a importância das minorias ativas no seio das mesmas, sobre as quais buscamos dados, atentando para critérios prosopográficos mais que estritamente biográficos, já que os mesmos levaram em consideração, de maneira especial, as seguintes variáveis: origens familiares, qualificação escolar, filiação empresarial, institucional e partidária, e cargos ocupados no governo.

Tendo presente que a tarefa de articulação ideológica dentro dessas organizações não é empreendida de maneira sistemática pelos empresários patrocinadores, mas sim por intelectuais especializados, confeccionamos uma lista dos pesquisadores pertencentes às instituições, sobre os quais também coletamos dados com características similares aos anteriores, enfatizando os modos de cooptação e qualificação aos quais estiveram sujeitos.

Outra das constatações foi que a organização das entidades não é previa, mas sim um fato posterior ao aumento dos conflitos sociais no âmbito da sociedade civil e com o Estado. Assim, essas entidades se constituíram numa resposta mais que uma antecipação frente a tais comportamentos. Além de reforçarem algumas das organizações corporativas de velho cunho, os

empresários criariam outras novas, com estruturas mais apropriadas para a luta ideológica, já que aquelas demonstravam certa rigidez, difícil de ser contornada, para alcançar esse objetivo. Entre esses inconvenientes, podem ser destacados, a maior exposição pública, menor coesão ideológica, derivada, em parte, de divisões internas e da alta intromissão por parte do Estado.

Também corroboramos que essas organizações tenderam a recrutar uma quantidade importante de membros, para os parâmetros das classes dominantes, com características que correspondiam a grupos mais ou menos definidos, procurando representar em parte, mas não totalmente, a sua heterogeneidade. Em outras palavras, agrupar membros que possuíam alguma homogeneidade prévia, mas respeitando em parte certas diferenças internas dos grupos por eles representados.

Nesse sentido, percebe-se que tanto os membros do IPÊS quanto os da FIEL pertenciam no momento de suas constituições, à classe dominante; enquanto que os membros da FM ingressaram nela posteriormente, em parte como resultado do processo. Além disso, outros integrantes da FM pertencentes à classe dominante, foram recrutados a medida que ascendiam socialmente, mudando consideravelmente de perfil tanto a instituição quanto seus membros, entre um extremo e outro de seu percurso histórico.

Constatamos também que as frações de classe eram diferentemente representadas dentro destas organizações. Enquanto a FM fazia questão de incluir, em seu núcleo dirigente, apenas membros da fração industrial, ainda que com algumas poucas exceções, o IPÊS e a FIEL, apresentaram uma abrangência maior que, no caso brasileiro, apenas deixou de fora os interesses das oligarquias agropecuárias, opostas a iniciativas modernizantes, inclusive as mais moderadas

promovida pelo Instituto.

Assim, a forma como as três instituições trataram os setores e as questões agrárias surgem como outro elemento importante na comparação. Enquanto a FIEL fez uma opção preferencial pelos setores dominantes no campo, desde o primeiro momento, como demonstra o fato de que uma de suas quatro corporações fundadoras fosse a SRA, as outras duas entidades analisadas, IPÊS e FM, manifestaram um tratamento diferente a esses grupos.

No caso da FM quase não se registram sócios representativos desse tipo de atividade, a não ser por algumas indústrias que fizeram encadeamentos com a produção primária, e as temáticas vinculadas a esse setor despertaram pouco interesse entre seus intelectuais, constituindo-se em seu ponto fraco, nos momentos que lhe tocou assumir cargos de condução no Estado.

Em contrapartida, o IPÊS resolveu tomar partido nas disputas internas dentro do setor, inclinando-se pelos interesses modernizadores no campo em contraposição aos tradicionais, ainda que essa opção aparecesse mais claramente na regional carioca e sofresse maior resistência na paulista, vencendo finalmente a primeira, cujos técnicos apresentaram propostas de reforma agrária um tanto ousadas para o meio empresarial e conduziram vários órgãos estatais encarregados de implementá-la.

A relação entre o capital nacional e o capital estrangeiro também foi uma das diferenças importantes entre os casos. Tanto o IPÊS quanto a FIEL mantiveram uma elevada participação, em seu quadro societário, de empresas e representantes do capital estrangeiro; entanto a FM, mesmo tendo permitido a participação dessas empresas como sócios ativos e aderentes, restringiu essa

intervenção apenas a essas duas categorias, barrando seu acesso ao grupo de sócios fundadores, os quais, pelos estatutos, tinham o poder de conduzir a entidade.

Desta forma, pode-se perceber tanto o teor ideológico que os membros fundadores queriam imbuir à entidade, quanto certos temores não declarados, que provavelmente os afligiam. As empresas associadas inicialmente pela FM eram pequenas e médias indústrias que sofriam a concorrência do capital transnacional e associado, tendo, precisamente fundado a organização para opor-se aos privilégios concedidos a estes grupos. Assim, sabendo-se mais fracos que eles, no momento que começavam a sua expansão, introduziram algumas salvaguardas em seus estatutos, para garantir a manutenção de seu controle interno.

Enquanto que as outras duas entidades não se preocupavam inicialmente com esta questão, já que elas congregavam representantes da elite empresarial e seus objetivos eram diferentes, ou seja, representar o *grosso* da grande burguesia, tendo em vista a enfrentar o conflito social, ainda que pudessem surgir desavenças particulares com algumas de suas frações. Como vimos anteriormente, representantes do setor da agropecuária no caso do IPÊS, e da indústria, no caso da FIEL, como comentaremos mais adiante.

É importante destacar que as divergências da FIEL em relação à organização de cúpula do setor industrial se manifestaram em momentos em que essa fração mais concentrada dentro da indústria perdeu o comando da entidade corporativa, circunstância que provocou, concomitantemente, uma reacomodação quanto a suas posições ideológicas. Dessa forma, foi a UIA que se afastou de seus compromissos anteriores e não a situação inversa.

Por outro lado, a participação de militares, representando setores ou individualmente, foi outra das características comuns aos três casos analisados, ainda que no caso brasileiro tenha sido sem dúvida o de maior destaque. Diferença que pode estar associada tanto ao próprio caráter das empresas quanto dos militares no Brasil e na Argentina.

No caso brasileiro observamos que os governos impulsionaram uma forte interação estratégica entre setores civis e militares, possibilitando uma profunda imbricação entre os interesses da burguesia local com os do Estado e os das Forças Armadas. Dessa forma se outorgava, a cada um destes agentes, papéis relevantes no desenvolvimento econômico nacional, o que unicamente era possível mediante um esforço conjunto. Característica que seria potencializada e, inclusive, institucionalizada com a criação da ESG.

Devido a tradições diferentes, os militares argentinos estiveram mais afastados das empresas, exceto em casos isolados, e sua cúpula não desenvolveu uma consciência desenvolvimentista, semelhante à brasileira, ainda que sob seu comando estivessem empresas estatais de porte, funcionando o complexo industrial-militar com maior autonomia, sujeito mais a noções de soberania do que de desenvolvimento nacional.

Esta característica foi reforçada pelas divisões existentes nas próprias Forças Armadas argentinas e os relacionamentos dos empresários com suas diferentes linhas internas. Assim, enquanto a alta burguesia, representada pela FIEL, se relacionava de forma estreita com os “senhores da guerra”, militares com comando de tropa e maior poder na estrutura hierárquica, eram perceptíveis certos atritos com os “burocratas”, aqueles que faziam carreira a frente de organismos e empresas estatais. Mas, esses últimos apenas tardiamente

tenderam a estabelecer alianças mais sólidas e estruturadas com outras frações representativas do capital, principalmente com aquelas encarnadas pela FM, e terminaram sempre perdendo nas disputas de longo prazo contra os primeiros.

Esta forma diferente de desenvolvimento estatal entre Brasil e Argentina marcou outra das características distintivas, já que permitiu, ao primeiro país, contar com uma burocracia mais vasta, recrutada meritocraticamente e com maior permanência nos cargos, assim como com aparelhos estatais mais amplos e coerentes, que se traduziram numa maior capacidade administrativa, fazendo-o menos dependente do fornecimento e de intromissões externas (Sikking, 1991 e 1993).

Embora, as organizações não foram capazes de progredir apenas cooptando uma quantidade apreciável de membros, elas tinham também que fazê-los partícipes de suas atividades, como uma forma de sobrepor-se a sua inclinação por maximizar ganhos individuais, fugindo de compromissos coletivos para minimizar suas inversões neste tipo de ação, uma vez afastado o perigo iminente, que os tinha compelido a participar mais ativamente.

No entanto, esta participação não era horizontal, existiam distintos tipos de compromissos, os quais podiam respeitar escalas hierárquicas anteriores, de tipo familiar, étnicas, geracionais, poder econômico e de prestígio social, em sentido amplo. Assim, se estabelecia uma pirâmide cuja cúpula tendia a se perpetuar no comando das instituições.

Dessa forma, o papel de minorias ativas dentro das instituições resulta outra das características comuns a todas elas, assim, se destaca a ação do que podemos qualificar de verdadeiros pais fundadores. Eles se manifestam como os

artífices e impulsores iniciais desses empreendimentos e em torno dos quais se nuclearam um punhado de homens, que conjuntamente com eles, cristalizaram um corpo dirigente extremamente estável que as comandaram por prolongados períodos.

Embora essas minorias se revelassem importantes na hora de consolidar a estrutura de uma organização, com o passar do tempo podiam se transformar em empecilhos que dificultavam sua renovação e adequação aos novos tempos, ossificando-as (Michels, 1996).

Esse entrave se revelou fatal no caso do IPÊS, já que seu corpo dirigente se mostrou incapaz de se adequar à nova realidade e tampouco experimentou variações significativas em sua composição. Assim, vemos que praticamente a maior parte das modificações estruturais que se produziriam na entidade não obedeceriam a razões de crescimento, e sim de enxugamento, tanto provocado pela cisão das seccionais, quanto pelo corte de organismos internos.

No caso da FIEL, se produziram algumas incorporações pontuais que lhe permitiram fazer transformações menores na estrutura, tendo como propósito adequá-la a mudanças ocorridas no cenário empresarial e político, assim como reposições naturais no seu quadro societário, mantendo o perfil das novas filiações, características basicamente similares com aquele estabelecido inicialmente.

Quanto à FM, seu comportamento resulta bastante particular, existindo extensos períodos de relativa calma organizacional, intercalados por cortes abruptos, ainda que sempre conduzidos por uma tríade dirigente, cujo comportamento empresarial e associativo foi bastante versátil. Assim, sua cúpula

demonstrou, em grande medida, ser capaz de adequar tanto suas características, como as de seus membros e dirigentes, de acordo com as exigências que lhe demandavam cada período pelo qual atravessavam.

No entanto, mesmo que a questão da estruturação seja importante, devemos assinalar que essas organizações não se constituíram apenas pelo prazer de estar juntos, elas tinham objetivos definidos que implicavam no desenvolvimento de diversas atividades para sua consecução. Diferentemente das organizações corporativas de velho cunho, estas organizações utilizaram em sua forma de agir uma nova gama de ações, que o caráter mais privado e sua maior homogeneidade ideológica entre os associados permitiam.

Nesse sentido, como o conflito ideológico se converteu numa das frentes de batalha mais importantes dessa época, a construção de um discurso mais ou menos homogêneo, que legitimasse as pretensões de grupo seria uma de suas tarefas primordiais. Mediante esse mecanismo, os empresários podiam apresentar seus interesses particulares como se fossem o interesse geral e assim justificá-los, possibilitando, dessa forma, uma construção hegemônica.

Os modos como essas entidades realizaram sua articulação ideológica, foram abordados através da análise tanto de fontes inéditas quanto editadas. Entre as primeiras incluímos principalmente atas correspondentes aos seus diferentes órgãos diretivos, balanços, cartas, informes, relatórios e outros documentos, para o IPÊS, e atas do Comité Ejecutivo, para a FM. Nas segundas, recorreremos a publicações próprias das entidades, assim como publicações periódicas diversificadas. Através dessas fontes estudamos a natureza do discurso das instituições, particularmente acerca dos temas que consideravam prioritários, as reivindicações em torno deles e o modo como estes estavam

sendo tratados por outros interlocutores.

Diferentemente dos outros dois institutos, no caso do IPÊS conseguimos avançar na análise do modo como conduziram suas finanças, para tanto contamos com os *Livros Diários do IPÊS/Rio*, correspondentes aos anos de 1962 e 1963, e vários balanços editados, mimeografados ou rascunhados⁴. Que, embora não sejam totalmente fiéis, oferecem-nos claros indícios de numerosos aspectos de suas atividades financeiras.

Mediante esses dados observamos que as organizações tomaram a luta ideológica como um aspecto central do confronto social e passaram a pensar-se a si mesmas como um baluarte nesse sentido. Tal necessidade era decorrente das dificuldades dos empresários em realizar, por si mesmos, uma tarefa desse tipo e a inadequação das entidades corporativas para esse fim, já que se encontravam demasiado pressas e identificadas com a defesa de interesses particulares e conflitos internos.

No entanto, essa não foi uma tarefa simples, já que a produção de conhecimento especializou-se em níveis que demandavam a participação de pessoal específico, que pudesse dar conta dessa atividade. Para levar adiante isso, essas organizações precisaram dos serviços de/ou da capacitação de um conjunto de indivíduos tecnicamente competentes, que pudessem traduzir as necessidades e desejos dos empresários como enunciados cientificamente aceitos e, dessa forma, darem-lhes um marco de legitimidade, assumindo, caso fosse necessário, sua implementação. Assim, os tecnocratas passaram a ocupar um lugar central na elaboração do discurso e até das práticas políticas cotidianas, convertendo-se o especialista num elemento chave que foi substituindo,

paulatinamente, o burocrata tradicional.

Dessa forma, nas três entidades se dá uma inter-relação simbiótica entre empresários e intelectuais, na qual cada um intervém pondo a disposição da organização seu capital disponível, em óbvia referência a Bourdieu, ainda que a delimitação de tarefas entre eles não seja tão clara no começo e vá se manifestando posteriormente com maior nitidez para os casos argentinos. Mas, uma diferença importante se adverte entre os casos nacionais. Enquanto, de forma geral, a FIEL e a FM contrataram pessoal recém formado e investiram pesadamente em sua capacitação, possibilitando o acesso a cursos de pós-graduação no exterior, o IPÊS vinculou-se a intelectuais consagrados, usufruindo de suas capacidades técnicas sem realizar nenhum esforço em seu aprimoramento individual.

Como todo processo, esta construção foi difícil, experimentando avanços e recuos, mas tendo um norte claramente definido. De forma geral, podemos definir pelo menos dois períodos. O primeiro deles, caracterizou-se pela construção de um discurso amplo, imbricando diferentes fontes de legitimação e, um segundo momento, dominado principalmente pelo discurso racionalista, sob viés economicista, que dispensava outras fontes de legitimação.

Assim, podemos entender melhor alguns eventos que separadamente não possuem o mesmo sentido, por exemplo, a participação da Igreja em atividades do IPÊS e o apelo religioso na FM, ainda que não encontremos algo parecido para FIEL. Desta maneira, se percebe que a construção discursiva e práticas políticas na área econômica por parte desses institutos de pesquisa não é algo

⁴ Correspondentes aos anos de 1962 e 1963 para o IPÊS e o IPÊS/Rio, e 1967, primeiro semestre de 1968 e 1967 para o IPÊS/GB.

isolado, senão que se encontra engajada numa construção muito mais ampla, com múltiplas interações que as reforçam. A defesa da propriedade privada se encontra inserida na custódia da cultura nacional de caráter ocidental e cristão, por oposição ao comunismo, de fundamentos ateus e internacionais.

Resulta interessante observar também que a invocação cristã não inclui nenhum outro qualificativo que faça alusão alguma às distintas vertentes nas que esta religião milenar se encontra dividida. Assim, ela serve como gigantesco guarda-chuva que pode abrigar tanto as variantes católicas, auto-proclamadas majoritárias no Brasil e na Argentina, quanto as protestantes, predominantes nos Estados Unidos e noutros países capitalistas avançados. Dessa forma, se limitava habilmente algum tipo de atrito que pudesse surgir neste sentido e mantinha-se aberta a possibilidade de receber e dar colaboração de/a ambos os lados.

Em contrapartida, a vertente conservadora católica manteve relações fluídas com este tipo de organizações e participou ativamente da vida política como propaladora de idéias favoráveis a uma ordem capitalista com um tom mais humanitário, como forma de contenção do comunismo, inclusive alentando e legitimando os golpes de Estado.

Unido ao apelo às tradições cristãs esteve a invocação à nação, seja de forma expressa, no caso da FM, ou tácita, no caso do IPÊS. Mediante esse recurso discursivo os interesses particulares podiam ser apresentados como o interesse geral, entelégua inatingível que funcionava perfeitamente como a principal fonte de legitimação da ordem social e da solidariedade entre as classes.

No entanto, esses dois recursos de legitimação iriam diluindo-se com o passar dos anos, seja pela substituição por outros discursos ou pelo paulatino

distanciamento evidenciado por parte da hierarquia da Igreja católica em relação aos governos autoritários e às políticas econômicas que os sustentavam. Assim, na década de oitenta e, com maior força, na década de noventa a linguagem dos economistas ganhou sustento próprio, prescindindo de outros discursos que a legitimassem.

Esta não era apenas uma tendência latino-americana. A adoção do keynesianismo que apregoava a utilização do gasto estatal como veículo para manipular o desempenho das economias nacionais, demandou o desenvolvimento de complexos modelos que necessitaram pessoal técnico especializado para sua elaboração. Mas, o fracasso do estado de bem-estar nos anos setenta não significou um retrocesso nessa tendência, já que catapultou, ao centro da cena, teorias monetaristas com elaborados modelos matemáticos, que novamente requeriam economistas que os interpretassem adequadamente.

Também compreendidos nessa tendência, os tramados das finanças e agências de cooperação internacionais tornavam-se cada vez mais complexos, sendo os países e suas elites tecnocráticas submetidos a exaustivos monitoramentos e táticas de disciplinamento para ingressar ou manter-se em determinados programas (Corvalán, 2002). Dessa forma, não é estranho o papel desempenhado por agências governamentais dos Estados Unidos e até mesmo fundações norte-americanas que funcionavam como aparelhos quase estatais, constituindo outra das semelhanças que despontou na pesquisa, apesar de não termos conseguido desenvolvê-la além dos poucos indícios oferecidos pelas fontes trabalhadas.

Embora com as restrições mencionadas, é possível fazer alguns adendos a esse respeito, já pudemos perceber que as atividades deste tipo de organizações

são bastante elevadas durante a década de sessenta, possivelmente alentada pelo temor de que a Revolução Cubana se espalhasse por todo o subcontinente, sobressaindo-se, entre elas, a Embaixada Americana e o Concuil for Latin American (CLA), com a figura de Nelson Rockefeller, num primeiro plano, como desencadeadores de muitas iniciativas e no apoio ideológico e financeiro de instituições desse tipo, entre as quais o IPÊS e a FIEL aparecem como claramente favorecidos.

No entanto, para o final da década, particularmente depois de 1968, estes impulsos decresceram paulatinamente e tenderam a mudar de características, passando a assistência a ser fornecida por parte de vários fundos de financiamento de pesquisas, com uma aparência mais neutra, ou organismos internacionais, onde a presença visível do colosso do norte se dilui, mas não a força de sua ação invisível aos olhos dos estranhos.

Esta mudança de estratégia poderia obedecer ao fato de que o comprometimento de uma ajuda direta seria demasiado perigosa, já que elas deixavam demasiadas evidências que poderiam ser usadas por grupos opositores para alentarem ainda mais o sentimento anti-americano. Assim, a participação do governo norte-americano se diluiu através dos Fundos que canalizam seus recursos, de forma particular, e dos organismos de financiamento internacional, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que passam a ter uma maior ingerência na vida interna dos países em desenvolvimento, fundamentalmente a partir de 1969, quando o próprio Nelson Rockefeller impulsionou a reestruturação do banco, a partir da Trilateral Comission.

Uma função semelhante passou a desempenhar o trânsito rotineiro por universidades estrangeiras, particularmente norte-americanas, que despontou

claramente para o caso argentino ainda na década de setenta, tanto em relação a FIEL quanto com a FM e que se intensificou de maneira notável, na década de oitenta. Mas, embora esse seja quase que um requisito indispensável nas trajetórias dos intelectuais vinculados a essas duas organizações, no caso do IPÊS esse percurso não apareceu com igual força.

Entretanto, o deslocamento da tecnocracia, como agente, para um local central colocava um problema de vital importância, devido ao fato de que suas origens sociais pudessem ser diferentes das da classe dominante, era necessário construir ligações que assegurassem sua obediência, impedindo que esses agentes tomassem ares de liberdade. Em princípio os golpes militares, pelo uso da força, afastaram essa possibilidade. Mas, a reconstituição do consenso, em longo prazo, iria requerer novas formas de engajamento.

A preocupação em manter sigilo sobre determinadas atividades, principalmente por parte do IPÊS, demonstra-nos as exigências deste particular exercício do controle do poder que utilizava-se de mecanismos mais sutis.

Quanto à relação com o Estado, na segunda hipótese se apresentaram as maiores dificuldades teóricas e metodológicas, de forma tal que nossa busca esteve centrada na realização de um amplo rastreamento cruzando dados, tanto de pertencimento dos membros das organizações, registrado nas listas anteriores e das provenientes de publicações empresariais e jornais, quanto também aproveitando entrevistas próprias, realizadas para trabalhos anteriores, e outras existentes em diferentes acervos ou que já foram editadas.

Das entrevistas próprias, aproveitamos as realizadas com José Ignacio

Castro Garayzábal, secretario ejecutivo da FM e único impulsor vivo⁵; Ángel Manzur, ex diputado provincial e vice-presidente da Democracia Cristiana (DC)⁶; Rafael Vaggione, abogado e ex diputado provincial justicialista⁷; e Juan Carlos Maqueda, ex operador de José Manuel de la Sota e segundo na Jefatura de Gabinete, em inícios da gestão de Jorge Rodríguez, momento da renúncia de Domingo Cavallo como ministro de Economía⁸.

Igualmente, foram utilizadas outras entrevistas existentes nos arquivos do CPDOC, da FGV e da Universidad Torcuado Di Tella. Do primeiro repositório utilizamos as entrevista a Dênio Chagas Nogueira⁹, Octávio Gouvêa Bulhões¹⁰ e Jorge Oscar de Mello Flores¹¹; enquanto que, do segundo, tomamos duas entrevistas realizadas por Luis Alberto Romero a Alfredo Concepción¹² e Guillermo Walter Klein (h)¹³ para o Proyecto de Historia Oral do Instituto Di Tella, antecessor do que viria a ser a universidade.

Além dessas, fizemos uso também de seis entrevistas efetuadas por Eli Diniz e Renato Boschi, para uma pesquisa acerca do empresariado brasileiro que, embora não identifiquem os entrevistados e correspondam a um período imediatamente posterior àquele por nós abordado, foram muito úteis para elucidar, de modo geral, o pensamento desse setor na época¹⁴.

Baseado nesses dados, pudemos observar que, diferentemente das

⁵ Entrevista de dia 30/7/1977.

⁶ Entrevista de 12/11/1996.

⁷ Entrevista de 10/9/1996.

⁸ Entrevista de 9/3/98.

⁹ Entrevista em texto, Código E 106, fundamentalmente 2º entrevista, pp. 30-68.

¹⁰ Entrevista em áudio, Código E 165, fundamentalmente 4º entrevista, fita 4-A; 10º entrevista, fitas 9-B e 10-A; 16º entrevista, fita 16; 17º entrevista, fitas 17 e 18.

¹¹ A entrevista foi publicada em: D´Araujo, Cordeiro de Farias e Hippolito, 1998.

¹² Entrevista C 8 3, s/d (entre 1972 e 1973).

¹³ Entrevista C 13 7, 31/5/73.

¹⁴ Entrevistas de 07/01/1976, 27/01/1976, 11/05/76, 12/05/76, 16/06/76 e 19/11/76. DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato Raul (1978: Capitulo I, Ponto 3).

entidades corporativas de velho cunho, estas organizações utilizaram em sua atuação uma nova gama de ações, que seu caráter mais privado e de maior homogeneidade ideológica entre seus associados possibilitaram. Assim, ensaios de persuasão, gratificações, ameaças, montagens de crises e ações diretas, foram seus recursos mais comuns.

Esses centros não eram contrários por princípio aos regimes democráticos. Embora apoiassem invariavelmente os golpes militares e muitos de seus membros estivessem a eles associados, sua oposição se centrava essencialmente nas variantes populistas, que consideravam uma degeneração do sistema, o qual era defendido e até alentado uma vez que, depurado, passasse a servir seus interesses. Desse modo, a questão da forma como era exercida a representação política não era o problema principal, mas sim os efeitos que ela provocava.

Assim, em momentos de aumento da confrontação entre diferentes atores sociais, essas tensões, depois de traduzidas ideologicamente, foram canalizadas em nível político, através de meios diretos de ação sobre os aparelhos de Estado. Encontrando-se como os mais comuns entre esses, a participação direta na luta eleitoral em períodos democráticos, a utilização do parlamento em momentos que este funcionava, o alento a golpes de Estado e a provisão de membros diretivos ou técnicos para ocupar postos importantes, que incluíram cargos de ministros e funcionários de relevância nas pastas da área econômica e cadeiras nos diretórios das principais empresas e bancos estatais.

Uma das conseqüências mais importantes de sua ação era a colonização de diversos aparelhos do Estado por interesses de grupos, ainda que amplos e, por vezes, despersonalizados, produzindo-se, quase que literalmente, uma

“privatização” das instituições estatais. Dessa forma, o bloco de poder, liderado por algum desses institutos reorganizava ou tentava reorganizar o Estado e, sob seu controle, recompor sua própria posição.

No caso do IPÊS, seria muito difícil fazer uma exposição completa dos cargos ocupados após 1964, nos resta apenas resumir que seus membros estiveram presentes, principalmente, ao frente da Casa Civil e na Casa Militar, do SNI, e os ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio, e do Ministério Extraordinário para Coordenação dos Órgãos Regionais, e esporadicamente no Ministério da Justiça e de Trabalho e Previdência Social; assim como em inúmeros órgãos dependentes desses e outros ministérios, empresas estatais e até chegariam Presidência do país dois generais vinculados ao Instituto, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo.

Em relação à FIEL, geralmente seus membros ocuparam cargos de *ministros de Economía* em todas as ditaduras militares argentinas posteriores a 1966, exceto no governo de Roberto Levingston, e durante os governos democráticos de Carlos Menem, entre 1989 e 1991, e de Fernando de la Rúa em 2001. Além desse cargo, membros ligados à entidade ocuparam a presidência e vice-presidência do *Banco Central* (BCRA) em diferentes ocasiões.

No caso da FM, Domingo Cavallo ocupará fugazmente a presidência do BCRA em 1982, será canceller entre 1989 e 1991 e ministro de Economía entre 1991 e 1996 e novamente em 2001. Sendo mais visível a colonização dos aparelhos de Estado por membros da FM entre 1989 e 1996.

Muitas vezes podia existir certa incoerência na manutenção dessas alianças num mesmo intervalo temporal. Tal comportamento se deu particularmente na Argentina e foi diferente do caso Brasileiro, onde o IPÊS alcançou rapidamente a

hegemonia no momento de preencher os cargos da área econômica e conexas, ainda que as divergências trasladaram-se a seu interior, entre as seções paulista e carioca.

Essa situação manifesta a predominância de um determinado mecanismo de controle das decisões estatais, onde diferentes grupos, que baseavam seu poder na defesa de interesses materiais-ideológicos, se apropriavam sucessivamente dos aparelhos estatais. Não obstante, a luta entre esses grupos podia levar a uma colonização parcial e simultânea desses aparelhos estatais, impondo, na prática, uma conflituosa convivência, e unicamente em condições particulares esses eram ocupados hegemonicamente. Dessa forma, comandar alguns aparelhos estatais representava um interesse especial, já que se podiam transformar em importante contrapeso de outros que caíam em mãos de grupos rivais.

Finalmente, com o passar do tempo e na medida em que as tensões enunciadas diminuía e que a classe dominante recompunha sua hegemonia, sustentamos, como hipótese contra-factual decorrente da anterior, que o controle dos aparelhos de Estado tenderia a se realizar através de maneiras indiretas, voltando o seu controle às mãos de políticos, ditos profissionais ou burocratas com vinculações menos diretas, enquanto que os empresários canalizariam novamente sua ação pela via das organizações corporativas de velho cunho. Assim as atividades das classes dominantes “tornadas Estado” passavam, novamente, a estar encobertas, dissimuladas e transfiguradas, assegurando a transubstanciação das relações de força, transformando a violência que elas encerravam objetivamente em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem gasto aparente de energia (Bourdieu, 2000: 72).

Essa tendência é mais evidente para o caso brasileiro e no caso argentino

será interrompida várias vezes, tanto por governos autoritários quanto democráticos, prolongando-se estes ciclos até a atualidade, demonstrando com isso as dificuldades para consolidar um rumo político que outorgasse ao país certa estabilidade.

Essa última hipótese tornou-se a de mais difícil demonstração, tendo que admitirmos a necessidade de adequá-la frente o fato de não podermos comprová-la totalmente, introduzindo uma maior complexidade a fim de poder responder nosso interrogante com um pouco mais de exatidão. Embora seja verdade que o IPÊS tenha entrado em crise em 1967, momento em que a economia brasileira ingressava nos trilhos que iriam desembocar no “Milagre Econômico”, que, por sua vez, conduziu ao paulatino restabelecimento da hegemonia exercida pela burguesia, liderada incontestavelmente pela ala paulistana, é igualmente certo que ainda existiam conflitos importantes dentro da sociedade, sobre tudo aqueles que se expressavam no interior das classes dominantes, como já salientamos, circunstância que nos poderia explicar a sobrevivência por mais tempo do IPÊS/GB em relação ao IPÊS/SP.

Esse comportamento se assemelha mais ao ocorrido na Argentina do que nos acreditava-mos inicialmente. Nesse país também a burguesia passou a gozar de um amplo domínio a partir de 1976 e os conflitos mais relevantes, no âmbito da contenda ideológica por determinar políticas econômicas, se deslocou da luta entre as classes a uma maior disputa intra-classe, como tentamos provar com a explicitação das diferenças entre FIEL e FM, e inclusive com as divergências que se deram no interior dessas instituições.

Então, a resposta para este contraste no tempo de vida dos institutos se deve fundamentalmente mais a diferenças observadas no interior dessas

instituições do que a condicionantes externos. Fica claro que o impulso para seu surgimento provinha dos conflitos existentes na sociedade, que ameaçavam as posições dos grupos que lhe dariam vida, e que a tendência geral seria diminuir seu compromisso coletivo a medida que as tensões se dissipavam.

Assim, as razões do maior ou menor êxito na sobrevivência destas instituições deram-se pela forma como elas souberam aproveitar esse impulso inicial, criando uma estrutura que fosse capaz de substituí-lo quando esse começasse a fraquejar, encontrando novos objetivos a perseguir. Dessa forma, a decadência acontecia quando os objetivos das entidades eram alcançados, sem que os antigos fossem substituídos adequadamente por outros novos que mantivessem o potencial de convocatória, decrescendo, a partir de então, o recrutamento de membros e recursos, que apesar dos esforços feitos por seus dirigentes não alcançavam compensar totalmente os que saíam, podendo, esses afastamentos, estar motivados por questões de ordem natural, como mortes e aposentadorias, desgaste ou colisão de interesses.

Em relação a esse ponto se estabelece uma das diferenças mais visíveis entre o caso brasileiro e os argentinos. Enquanto o IPÊS entrou em decadência pouco depois de alcançar seu objetivo mais importante; a FIEL e a FM conseguiram se sobrepôr a numerosas dificuldades, estabilizando uma estrutura organizacional por um período mais prolongado. Esse contraste se deve fundamentalmente ao fato de que o Instituto brasileiro, diferentemente dos argentinos, não conseguiu transformar seu perfil para adequá-lo às novas circunstâncias.

Assim, no caso do IPÊS a produção ideológica ficou severamente limitada entre 1966 e 1967, a não ser em relação a questões isoladas, encontrando, o

Instituto, enormes dificuldades para competir de forma exitosa com outros centros de pesquisas, fundamentalmente pelo fato de não contar com uma direção especializada, que definisse estratégias adequadas e ao êxodo para cargos oficiais de seus mais importantes intelectuais, não conseguindo substituí-los por novas cooptações ou formação de novos quadros, necessários a uma política de mais longo prazo.

Nos casos argentinos, a emergência de uma estrutura hierárquica separada, composta exclusivamente por intelectuais, incidiu para que esses institutos mantivessem seu fôlego após o impulso inicial, assim como destruíssem ou sucatassem organismos estatais concorrentes no momento que passavam a ocupar cargos oficiais como forma de garantir sua reprodução. A diferença do acontecido com o IPÊS esses intelectuais deviam fazer maiores inversões no sucesso das organizações que os patrocinavam já que, diferentemente dos empresários, suas possibilidades, fora desses centros eram mais limitadas, que lhes aconselhavam no sentido de adotar estratégias de sucessão antes que de subversão.

Assim consideramos que a possibilidade de cristalizar uma estrutura interna mais autônoma por parte dos intelectuais agrupados nessas organizações seria a razão fundamental para explicar o fenômeno. Diferentemente dos empresários, que para sua existência pessoal podiam prescindir tranquilamente desses institutos, os intelectuais tinham motivos materiais mais concretos para garantir seu funcionamento.

Neste segundo momento o discurso racionalista, sob viés economicista, ganha consistência própria, essa tendência é comprovada também em diferentes países e têm a ver com o fato de que a análise econômica não possui apenas um

papel significativo na procura de soluções dos problemas técnicos dos Estados, mas também na elaboração de suas políticas, por meio de uma linguagem que lhes confere legitimidade. Os governos, ao cumprirem com o ritual correto nomeando prestigiosos economistas para redigirem os novos programas e formular as desculpas pelo fracasso dos anteriores, curvando-se, assim, frente a importância retórica do discurso dos expertos, podem tornar altamente institucionalizada essa propensão de transferir aos possuidores de conhecimentos técnicos as responsabilidades sobre problemas difíceis de resolver.

No entanto, em virtude de sua ascensão ao governo e à rede de relações inter-estatais, os expertos além de atuar como legitimadores, encontram-se também em condições de definir as próprias realidades políticas. Uma vez que a necessidade técnica foi aceita, ela pode servir de justificativa para práticas promovidas com outros propósitos e atingir outras áreas de interesse, já que, a medida que eles se fazem fortes, tratam de redefinir também áreas de outras agências governamentais de maneira tal que passem a sua área de influência, transformando-se nos guardiões que influem sobre o destino dos recursos.

Dessa forma, a fala profissional dos economistas se converte numa nova língua franca, e o domínio desse recurso serve também de estímulo para que os contatos e os valores profissionais se convertam num fator significativo na escolha das pessoas que adotam as decisões políticas nacionais. Mas, embora essas eleições se orientem por padrões intelectuais, onde a dimensão acadêmica é a fonte mais importante de prestígio, e os economistas vejam-se a si mesmos a serviço da “racionalidade” ou da “eficiência”, suas trajetórias podem, e de fato estão, determinadas por interesses particulares, especialmente com a complexibilização do desenho e instrumentação das políticas públicas, que

requerem equipes entrosadas e não apenas indivíduos isolados, que demandam enormes gastos para sua formação e manutenção.

Nesse sentido, corre a predileção demonstrada pelas organizações estudadas em editar uma enorme quantidade de textos, apresentados em diferentes formatos, como panfletos, livros, revistas, jornais ou encartes, demonstrando a necessidade de construir um consenso, mesmo durante regimes autoritários. Assim, mediante a difusão de materiais impressos as idéias podem se espalhar consideravelmente no espaço e no tempo, atingindo um público mais amplo. Mas, esse não era seu único objetivo. Concomitantemente, uma vez que as idéias eram objetivadas num texto impresso, esse ato lhes conferia verossimilhança e assim as legitimava.

O IPÊS iria mais longe nessa direção, empregando sistematicamente recursos audiovisuais, reconhecendo com isso a importância que eles adquiriam no mundo moderno, apelando, nessa tarefa, ao cinema, ao rádio e à televisão para atingir as grandes massas, inclusive as pertencentes a camadas populares. Essa diferença não foi marcada apenas por inclinações particulares dos Institutos, em todo caso revelam a profundidade do conflito social e até onde era necessário comprometer-se no embate político, já que as frentes de batalha eram das mais variadas.

Essa circunstância também levaria de forma comum aos três institutos a preocupar-se pela temática educativa como um todo, promovendo estudos e propostas de reformulação dos sistemas de ensino em um sentido amplo, talvez, como forma de garantir a reprodução ampliada das sociedades e, por conseguinte, de se próprios.

Bibliografía

- BOURDIEU, Pierre. *Intelectuales, política y poder*. Buenos Aires: EUDEBA, 2000.
- CORVALÁN, María Alejandra. El Banco Mundial. Intervención y disciplinamiento. El caso argentino, enseñanzas para América Latina. Buenos Aires: Biblos, 2002.
- D´ARAUJO, Maria Celina; CORDEIRO DE FARIAS, Ignez; e HIPPOLITO, Lucia, org. *Na periferia da história; depoimento prestado ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 1978.
- MICHELS, Robert. *Los partidos políticos*. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.
- SCHWARSTEIN, Dora. comp. *La historia oral*. Buenos Aires: CEAL, 1991.
- SIKKING, Kathryn. *Ideas and Institutions. Developmentalism in Brazil and Argentina*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- _____. Las capacidades y la autonomía del Estado en Brasil y la Argentina: un enfoque neoinstitucionalista. In: *Desarrollo Económico*, nº 128, Buenos Aires, 1993.
- TILLY, Charles. *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes*. Madrid: Alianza Editorial, 1991.